

Aos sete dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício da Junta de Freguesia, em Sobrado, sito na Rua São João, 2251 4440-339 Sobrado, reuniu em sessão ordinária o Executivo da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, sob a direção do Presidente da Junta, Alfredo Costa e Sousa, na presença dos seguintes membros do Executivo: José Pereira da Silva Bessa, Ana Raquel Dias Alves Martins, José Carvalho Ferreira Marujo e Daniela Filipa Moreira dos Santos. -----

Ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Intervenção do público; -----

Ponto dois – Leitura e aprovação da ata da reunião realizada a vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito; -----

Ponto três – Obras de requalificação do Estádio de Campo – António Jorge Costa; -----

Ponto quatro – Deliberação de abertura de procedimento, por ajuste direto, para a realização dos trabalhos de calcetamento do logradouro da Casa das Associações; -----

Ponto cinco – Deliberação de abertura de procedimento, por ajuste direto, para a realização dos trabalhos de calcetamento da Rua Sem Nome, sita entre a Rua da Estrada Velha e a Rua de Vertido; -----

Ponto seis – Análise e deliberação de celebração de um contrato de prestação de serviços em regime de tarefa, para o exercício de funções de carácter operacional; -----

Ponto sete – Leitura da correspondência recebida; -----

Ponto oito – Cemitério – Concessões perpétuas de terrenos e Averbamentos. -----

Aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Junta, passou-se, de imediato, para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um – Intervenção do público -----

João Paulo Pereira – Dirigente Associativo do Grupo Dramático e Recreativo da Retorta solicita à Junta de Freguesia apoio para a ajuda no pagamento das despesas inerentes às diversas atividades desenvolvidas pela Associação, nomeadamente, água, luz e funcionários. -----

Em resposta ao solicitado, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Alfredo Sousa, informou que a atribuição do apoio económico por parte da Junta de Freguesia, encontra-se dependente da entrega do Plano de Atividades para o ano de dois mil e dezoito. -----

Ponto dois – Leitura e aprovação da ata da reunião realizada a vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito -----

Após leitura da ata da reunião realizada a vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, esta foi aprovada, **por unanimidade**.

Ponto três – Obras de requalificação do Estádio de Campo – António Jorge Costa -----
Efetuado pedido de orçamentos para a realização diversos trabalhos em diferentes áreas, no Estádio de Campo – António Jorge Costa, o Executivo deliberou, **por unanimidade**, adjudicar, por ajuste direto simplificado, os seguintes serviços às seguintes empresas: -----

HL – Instalações Elétricas – Serviços de eletricidade nos balneários do Estádio de Campo – António Jorge Costa, no valor de quatrocentos e cinquenta euros, mais IVA à taxa legal e vigor; **Empresário em nome individual. Ernesto Silva Soares** – Serviços de pichelaria nos balneários do Estádio de Campo – António Jorge Costa, no valor de seiscentos e oitenta euros, mais IVA à taxa legal e vigor; -----

Aresta Pertinente, Lda. – Serviços de serralharia para a realização da cobertura dos sócios e três portas, no Estádio de Campo – António Jorge Costa, no valor de três mil quinhentos e vinte e cinco euros, mais IVA à taxa legal e vigor e quinhentos e setenta euros, mais IVA à taxa legal e vigor, respetivamente; -----

Aresta Pertinente, Lda. – Aquisição de rufus frontais de cobertura, grelhas de proteção de lâmpadas e aumento do portão com estrutura de tubo e rede, no valor de mil cento e quarenta e oito euros e sessenta cêntimos, mais IVA à taxa legal e vigor. -----

Ponto quatro – Deliberação de abertura de procedimento, por ajuste direto, para a realização dos trabalhos de calcetamento do logradouro da Casa das Associações -----

O Executivo deliberou, **por unanimidade**, enviar convite circular à empresa Pérola de Granito Unipessoal, Lda., à empresa Edilages – Engenharia e Construção, S.A. e à empresa Obragenial – Construções Unipessoal, Lda., para apresentar proposta de orçamento para a realização dos trabalhos de calcetamento do logradouro, nas traseiras da Casa das Associações, em Campo. Em anexo convite circular e caderno de encargos. -----

Ponto cinco – Deliberação de abertura de procedimento, por ajuste direto, para a realização dos trabalhos de calcetamento da Rua Sem Nome, sita entre a Rua da Estrada Velha e a Rua de Vertido -----

O Executivo deliberou, **por unanimidade**, enviar convite circular à Empresa Pérola de Granito Unipessoal, Lda. para apresentar proposta de orçamento para a realização dos trabalhos de calcetamento da Rua Sem Nome, sita entre a Rua da Estrada Velha e a Rua de Vertido, em Campo. Em anexo convite circular e caderno de encargos. -----

Ponto seis – Análise e deliberação de celebração de um contrato de prestação de serviços em regime de tarefa, para o exercício de funções de carácter operacional -----

No âmbito da celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, estabelecido entre a Câmara Municipal de Valongo e esta Autarquia, e tendo em conta a elevada atividade desenvolvida pelos serviços do setor das obras e higiene e limpeza dos arruamentos, o Executivo deliberou, **por unanimidade**, celebrar um contrato de prestação de serviços em regime de tarefa, convidando, para o efeito, João Gaspar da Rocha Nunes. (Em anexo, fundamentação, caderno de encargos e convite). -----

Ponto sete – Leitura da correspondência recebida -----

Kestampa – Orçamento para a aquisição de mil t-shirts, para as comemorações do dia vinte e cinco de abril, em Campo. O Executivo deliberou, **por unanimidade**, adquirir mil t-shirts de cor azul, pelo valor unitário de um euro e sessenta cêntimos, mais IVA à taxa legal e vigor. -----

TexLongo – Orçamento para a aquisição de bonecos representativos da Festa de São João de Sobrado (Bugios e Mourisqueiros). O Executivo deliberou, **por unanimidade**, adquirir quarenta unidades, pelo valor total de mil euros, mais IVA à taxa legal e vigor. -----

Presidente da Mesa da Assembleia da Delegação Distrital do Porto da ANAFRE, Luís Ramalho
– Convoca o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Alfredo Sousa, para a Reunião Extraordinária Eleitoral da Assembleia da Delegação Distrital do Porto da ANAFRE, para a eleição dos Órgãos Sociais da Delegação, a realizar no dia vinte e três de março de dois mil e dezoito, na sede da Delegação. Foi tomado conhecimento. -----

Velhas Guardas do Clube Desportivo de Sobrado – Convida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Alfredo Sousa, para o Almoço Convívio de antigos jogadores e diretores do Clube Desportivo de Sobrado, a realizar no dia sete de abril de dois mil e dezoito, na Casa do Bugio, em Sobrado. Foi tomado conhecimento. -----

Centro Recreativo Estrelas da Balsa – Convida o Executivo da Junta de Freguesia para a Noite de Fados, a realizar no dia dezasseis de março de dois mil e dezoito, na Casa das Artes, em Sobrado. Foi tomado conhecimento. -----

Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Encarnação – Solicita à Junta de Freguesia a atribuição de um subsídio, para a realização das tradicionais festividades nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete de maio de dois mil e dezoito. O Executivo deliberou, **por unanimidade**, a atribuição de um subsídio no valor de setecentos e cinquenta euros, assim como a colocação de dois sanitários no recinto da Festa. -----

Câmara Municipal de Valongo – Informa a Junta de Freguesia relativamente à necessidade de proceder à execução dos trabalhos de limpeza de todos os terrenos que detém, até ao dia quinze de março de dois mil e dezoito. Foi tomado conhecimento. -----

Câmara Municipal de Valongo – Pedido de parecer à Junta de Freguesia relativamente ao pedido apresentado pela Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Encarnação, para levar a efeito as Festas e Procissões em Honra de Nossa Senhora da Encarnação, bem como para ocupar o espaço público com cento e vinte postes e arcos de iluminação, ao longo da Rua Padre Américo e Rua Central da Capela, em Campo. O Executivo deliberou, **por unanimidade**, dar parecer favorável. -----

Ponto oito – Cemitério – Concessões perpétuas de terrenos e Averbamentos. -----

Maria Margarida da Conceição Vinhas Almeida solicita a alteração do averbamento do terreno da **Sepultura número oito**, da **Quinta Secção**, no **Cemitério Paroquial de Sobrado**, para o seu nome. Pedido aprovado, **por unanimidade**. -----

Cândida Pinto Ferreira Bento solicita a alteração do averbamento do terreno da **Sepultura número setenta e nove**, da **Terceira Secção**, no **Cemitério Paroquial de Sobrado**, para o seu nome. Pedido aprovado, **por unanimidade**. -----

Sílvia Coelho Nunes solicita a concessão perpétua do terreno da **Sepultura número dezasseis**, da **Terceira Secção** no **Cemitério Paroquial de Sobrado**. Pedido aprovado, **por unanimidade**. --

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de que para se constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros do executivo presente. -----

O Presidente:  -----

O Secretário:  -----

O Tesoureiro:  -----

O Vogal:  -----

O Vogal:  -----



CADERNO DE ENCARGOS

(art.º 42.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)

DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRECTO PARA A EMPREITADA DE:

CALCETAMENTO DO LOGRADOURO DA CASA DAS ASSOCIAÇÕES

I. Tipo de Procedimento

Procedimento por ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea a), do art. 19º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008, de 29 de janeiro, com consulta a uma ou várias entidades, conforme previsto no art.112º do referido diploma.



II. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a União das Freguesias de Campo e Sobrado, com sede Rua dos Moirais, 94/100 - 4440-131 CAMPO

III. Objeto do contrato

Arruamento urbano - Calçamento do logradouro da casa das associações

Preço Base: 20.000,00 €

Prazo: 90 dias seguidos, incluindo sábados, Domingos e feriados.

Os concorrentes deverão ser titulares de Alvará de Construção emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI), contendo as seguintes autorizações:

- a) A 1.ª subcategoria da 1.ª Categoria em classe correspondente ao valor global da proposta;
- b) A 2.ª subcategoria da 5.ª Categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.

Caução:

- Ao concorrente a quem for adjudicada a empreitada não será exigida a prestação de uma caução (n.º 2, do art. 88.º do CCP).
- Proceder-se-á à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar (n.º 3, do art. 88.º do CCP).

IV. Contrato

Será elaborado contrato de acordo com o art. 94º do Código dos Contratos Públicos.

V. Modalidade de pagamento:

1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total correspondente ao valor da proposta apresentada, a qual não pode exceder 20 000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

2 - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar;

3 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias (após a apresentação da respetiva fatura);

4 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização de obra, devendo incluir listagem dos materiais aplicados em cada obra;

5 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a SL/a aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles;

6 - No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados;


7 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do Código dos Contratos Públicos.

VII. Revisão de preços

Não há lugar a revisão de preços, de acordo com o art. 300.º do Código dos Contratos Públicos

Campo, 7 de Março de 2018

O Presidente da Junta



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRECTO - 2018

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Objeto do contrato:

CALCETAMENTO DO LOGRADOURO DA CASA DAS ASSOCIAÇÕES

Entidade Adjudicante:

A entidade adjudicante é a União das Freguesias de Campo e Sobrado, com sede Rua dos Moirais, 94/100 - 4440-131 CAMPO, com os números de telefone 224 110 471 e com o endereço eletrónico - campo@jf-campoesobrado.pt

Órgão responsável pela decisão de contratar:

A decisão de contratar é da responsabilidade da Junta da União das Freguesias de Campo e Sobrado.

Tipo do contrato:

Empreitadas de Obras Públicas.

Categorias e subcategorias de alvará/título de registo necessárias:

A 1.ª subcategoria da 1.ª categoria em classe correspondente ao valor global da proposta;

A 2.ª subcategoria da 5.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.

Critério:

O ajuste direto será realizado através do critério do valor.

Preço Base:

O preço base fixado será de 20.000,00 euros.

Critério de Adjudicação:

O critério de adjudicação é o do mais baixo preço.

Negociação:

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, do qual faz parte integrante;
- Documentos exigidos pelo programa de procedimento que contenham os atributos, relativos a aspetos da execução do contrato submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos;
- Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.

Idioma dos documentos da proposta:

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, devem ser redigidos em Português.

Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados:

- Anexo II a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- Certidão de Registo Permanente;
- Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do DL 18/2008.

Prazo de entrega dos documentos de habilitação:

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias após a data de adjudicação.

Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados:

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias.

Prazo para entrega da proposta:

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 5 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até as 23 horas e 59 minutos.

Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta:

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

Elementos da Proposta:

A proposta deverá conter:

- Nota justificativa dos preços;
- Valor total da proposta, em euros, em algarismos e por extenso;
- Plano de pagamento;
- Plano detalhado de trabalhos.

Modo de apresentação da proposta:

Os documentos que constituem a proposta devem ser enviados pelo correio para a sede da Freguesia, entregues em mão ou enviados para o correio eletrónico desta autarquia - campo@jf-camposobrado.pt

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Pedidos de esclarecimentos:

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente.

Prestação da caução:

Não é exigida a prestação de caução. No entanto, tal como previsto no caderno de encargos, proceder-se-á a retenção de 5% do valor dos pagamentos.

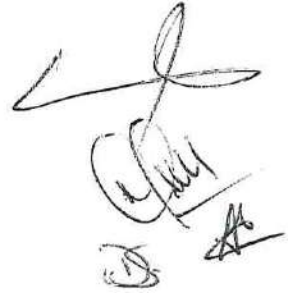
Dever de informação (Artigo 71.º Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro):

O órgão responsável compromete-se a informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais ou regulamentares, relativamente a todos os processos que corram pelos serviços que dirige e careçam de decisão ou deliberação dos eleitos locais, assim como a emitir prévia informação escrita no âmbito da instrução de pedidos de parecer a submeter à administração central.

Campo, 7 de Março de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia,

Alfredo Sousa



CADERNO DE ENCARGOS

(art.º 42.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º
18/2008, de 29 de janeiro)

DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRECTO PARA A EMPREITADA DE:

ARRUAMENTO URBANO:

CALCETAMENTO DE RUA S/NOME NAS TRASEIRAS DA CASA DAS
ASSOCIAÇÕES

I. Tipo de Procedimento

Procedimento por ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea a), do art. 19º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. 18/2008, de 29 de janeiro, com consulta a uma ou várias entidades, conforme previsto no art.112º do referido diploma.



II. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a União das Freguesias de Campo e Sobrado, com sede Rua dos Moirais, 94/100 - 4440-131 CAMPO

III. Objeto do contrato

Arruamento urbano - Calcetamento de Rua s/nome nas traseiras da casa das associações

Preço Base: 20.000,00 €

Prazo: 90 dias seguidos, incluindo sábados, Domingos e feriados.

Os concorrentes deverão ser titulares de Alvará de Construção emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI), contendo as seguintes autorizações:

- a) A 1.ª subcategoria da 1.ª Categoria em classe correspondente ao valor global da proposta;
- b) A 2.ª subcategoria da 5.ª Categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.

Caução:

- Ao concorrente a quem for adjudicada a empreitada não será exigida a prestação de uma caução (n.º 2, do art. 88.º do CCP).
- Proceder-se-á à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar (n.º 3, do art. 88.º do CCP).

IV. Contrato

Será elaborado contrato de acordo com o art. 94º do Código dos Contratos Públicos.

V. Modalidade de pagamento:

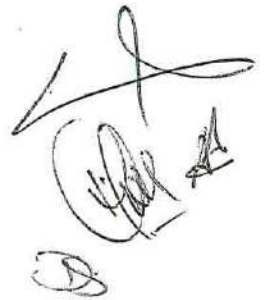
- 1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total correspondente ao valor da proposta apresentada, a qual não pode exceder 20 000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 2 - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar;
- 3 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias (após a apresentação da respetiva fatura);
- 4 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização de obra, devendo incluir listagem dos materiais aplicados em cada obra;
- 5 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a SL/a aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles;
- 6 - No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados;
- 7 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do Código dos Contratos Públicos.

VII. Revisão de preços

Não há lugar a revisão de preços, de acordo com o art. 300.º do Código dos Contratos Públicos

Campo, 7 de Março de 2018

O Presidente da Junta



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRECTO - 2018

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Objeto do contrato:

ARRUAMENTO URBANO - CALCETAMENTO DE RUA S/NOME NAS TRASEIRAS DA CASA DAS ASSOCIAÇÕES

Entidade Adjudicante:

A entidade adjudicante é a União das Freguesias de Campo e Sobrado, com sede Rua dos Moirais, 94/100 - 4440-131 CAMPO, com os números de telefone 224 110 471 e com o endereço eletrónico - campo@jf-campoesobrado.pt

Órgão responsável pela decisão de contratar:

A decisão de contratar é da responsabilidade da Junta da União das Freguesias de Campo e Sobrado.

Tipo do contrato:

Empreitadas de Obras Públicas.

Categorias e subcategorias de alvará/título de registo necessárias:

A 1.ª subcategoria da 1.ª categoria em classe correspondente ao valor global da proposta;

A 2.ª subcategoria da 5.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.

Critério:

O ajuste direto será realizado através do critério do valor.

Preço Base:

O preço base fixado será de 20.000,00 euros.

Critério de Adjudicação:

O critério de adjudicação é o do mais baixo preço.

Negociação:

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Código dos Contratos Públicos, do qual faz parte integrante;
- Documentos exigidos pelo programa de procedimento que contenham os atributos, relativos a aspetos da execução do contrato submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos;
- Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule.

Idioma dos documentos da proposta:

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, devem ser redigidos em Português.

Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados:

- Anexo II a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- Certidão de Registo Permanente;
- Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do DL 18/2008.

Prazo de entrega dos documentos de habilitação:

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias após a data de adjudicação.

Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados:

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias.

Prazo para entrega da proposta:

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 5 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até as 23 horas e 59 minutos.

Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta:

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

Elementos da Proposta:

A proposta deverá conter:

- Nota justificativa dos preços;
- Valor total da proposta, em euros, em algarismos e por extenso;
- Plano de pagamento;
- Plano detalhado de trabalhos.

Modo de apresentação da proposta:

Os documentos que constituem a proposta devem ser enviados pelo correio para a sede da Freguesia, entregues em mão ou enviados para o correio eletrónico desta autarquia - campo@jf-campoesobrado.pt

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Pedidos de esclarecimentos:

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente.

Prestação da caução:

Não é exigida a prestação de caução. No entanto, tal como previsto no caderno de encargos, proceder-se-á a retenção de 5% do valor dos pagamentos.

Dever de informação (Artigo 71.º Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro):

O órgão responsável compromete-se a informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais ou regulamentares, relativamente a todos os processos que corram pelos serviços que dirige e careçam de decisão ou deliberação dos eleitos locais, assim como a emitir prévia informação escrita no âmbito da instrução de pedidos de parecer a submeter à administração central.

Campo, 7 de Março de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia,

Alfredo Sousa

Ordem Trabalhos (Reunião Executivo de 7 de março de 2018)

Um contrato de Prestação de Serviços em regime de tarefa para o exercício de funções de caráter operacional, inerentes às diferentes atividades desenvolvidas pelos serviços de higiene e limpeza desta autarquia

Na sequência do aumento das atividades desenvolvidas pelos nossos serviços do setor das obras, higiene e limpeza derivado da celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências estabelecido entre o Município de Valongo e esta autarquia. A falta de recursos humanos especializados nessa área de intervenção da autarquia tornou-se, absolutamente urgente, admitir pessoal especializado para colmatar estas situações. Ora a única maneira, célere, de o podermos fazer é através do recurso à celebração de contratos de prestação de serviços em regime de tarefa.

Nestes termos, e considerando que nos encontramos em face de uma necessidade premente, deverá proceder-se, com a maior brevidade, à abertura de um novo procedimento – ajuste direto – que legitime a mencionada contratação, sugerindo-se, desde já, que sejam adotadas as diligências necessárias para o efeito.

1. OBJETO DO FORNECIMENTO OU CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação ora proposta consubstanciar-se-á na prestação de serviços inerentes às diferentes atividades desenvolvidas pelos serviços de higiene e limpeza desta autarquia, designadamente:

- a) Assegurar os serviços de limpeza e higiene urbana dos espaços e aglomerados urbanos designadamente a varredura manual e mecânica e lavagem de vias;
- b) Assegurar a limpeza e desobstrução de linhas de água nas áreas da competência da autarquia;
- c) Assegurar por administração direta a manutenção e a conservação de elementos de drenagem pluvial, não incluída na rede de esgotos pluviais municipais, tais como: passagens hidráulicas, valetas, bocas de lobo e aquedutos;
- d) Outros serviços atribuídos ao setor das obras, higiene e limpeza.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DOS CONTRATOS

O valor estimado da despesa ascenderá a € 650,00 (Seiscentos e cinquenta euros) mensais a que pode acrescer IVA à taxa legal em vigor, se aplicável. O encargo total (12 meses) é de € 7.800,00 (sete mil e oitocentos euros) sem IVA.

3. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do preceituado no n.º 4 do Artigo 72º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, “Carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças (...), a celebração ou a renovação de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril,



alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contrato de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.”

Definindo o n.º 11 do mesmo preceito legal que “Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.os 3 -B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Considerando o cumprimento de todos os condicionalismos legais, nomeadamente dos que decorrem das disposições conjugadas da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (nomeadamente do Artigo 72º) e da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (nomeadamente do Artigo 35º), na sua redação atual, e uma vez aferida a especificidade técnica dos serviços a prestar, bem como a natureza intelectual dos mesmos, propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos, a adoção do procedimento de ajuste direto (critério material).

Cumpra ainda salientar que, nos termos o disposto no n.º 1 do já citado Artigo 72º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, com remissão para o Artigo 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, não se aplica por se tratar de contratos novos.

4. FUNDAMENTAÇÃO PARA AJUSTE DIRETO

O mapa de pessoal da Freguesia de Campo e Sobrado não dispõe de Assistentes Operacionais, nem em n.º suficiente, nem em qualificações que possam ser afetos à prestação dos serviços supramencionados. Ora, atendendo ao caráter de urgência e à especificidade dos serviços a prestar, nesta fase, considera-se que esta é a modalidade que melhor serve os interesses da autarquia.

5. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

A despesa decorrente da celebração de contrato ora proposta tem adequado enquadramento no Orçamento da Freguesia de Campo e Sobrado do exercício de 2018, na qualificação orgânica/económica 03/010107.

Anexos:

- Caderno de Encargos
- Convite para apresentação de proposta

Campo e Sobrado, 7 de março de 2018

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPO E SOBRADO
CADERNO DE ENCARGOS



Procedimento de Ajuste Direto com vista à aquisição de serviços de higiene e limpeza

PARTE I

Capítulo I

Normas Gerais

Cláusula 1.ª

Objecto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a prestação de serviços em regime de tarefa, para o exercício de funções de carácter operacional inerentes às diferentes atividades desenvolvidas pelos serviços de higiene e limpeza desta autarquia.
2. Os serviços a contratar são os identificados na Parte II deste Caderno de Encargos e melhor especificados na Proposta do adjudicatário.

Cláusula 2.ª

Disposições por que se rege o Contrato

1. A execução do Contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante CCP), com todas as suas alterações;
 - c) À restante legislação e regulamentação aplicável;
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 10.º desse mesmo Código;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificado pelo adjudicatário, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;



- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - d) O presente Caderno de Encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
 - g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.
3. A Entidade Adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta que se reportem a aspetos de execução do contrato não regulamentados pelo presente Caderno de Encargos e que não sejam estritamente necessários à sua execução, ou sejam considerados desproporcionados.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos por que se rege o Contrato

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas *b) a g)* do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas *b) a g)* do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.
3. Os aditamentos ao contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.
4. As dúvidas que o prestador do serviço tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços devem ser submetidas ao Presidente da Junta.

Capítulo II

Obrigações do prestador do serviço

Secção I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 4.ª

Preparação e planeamento da prestação do serviço

O Prestador do Serviço é responsável pela execução das tarefas inerentes à higiene e limpeza



das ruas e outras vias da freguesia que a Junta defina e, ainda, pela execução de outros trabalhos correlacionados que a autarquia entenda necessários.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 5.ª

Prazo de execução dos trabalhos

1. A prestação de serviços terá a duração de 1 ano, podendo ser renovável por igual período, se as Partes assim o acordarem.
2. O prestador dos serviços obriga-se a:
 - a) Iniciar a execução dos trabalhos na data da outorga do contrato.
3. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao prestador do serviço.

Secção III

Pessoal Cláusula 6.ª

Obrigações gerais

1. São da exclusiva responsabilidade do prestador do serviço todas as obrigações relativas à execução dos trabalhos, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na prestação do serviço devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Capítulo III

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 7.ª

Preço e condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve a entidade adjudicante pagar ao prestador do serviço a quantia total que constar da proposta, a qual não pode exceder os € 7.200 anuais - acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o prestador de serviços ser sujeito passivo desse imposto.
2. Todas e quaisquer despesas decorrentes da prestação de serviço são da responsabilidade do prestador do serviço.



3. Os pagamentos a efetuar pela entidade adjudicante serão fracionados em 12 parcelas.
4. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 7 dias após a apresentação da respetiva fatura.
5. No caso de falta de aprovação de alguma fatura/recibo em virtude de divergências entre a Entidade Adjudicante e o prestador do serviço quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao prestador do serviço, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pela Entidade Adjudicante e uma outra com os valores por esta não aprovados.
6. De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 8.ª

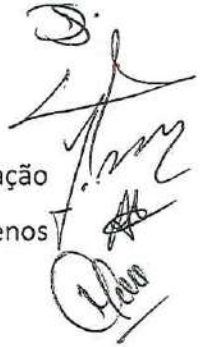
Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 5 dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 9.ª

Resolução do contrato pela entidade adjudicante

1. Em prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas e de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao prestador do serviço;
 - b) O prestador do serviço se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente.
2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do prestador do serviço, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas.



3. O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 10.ª

Resolução do contrato pelo prestador do serviço

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o prestador do serviço pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - b) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante via judicial.
3. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos do presente artigo não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 12.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do Contrato deve ser

comunicada à outra parte.

Cláusula 13.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Parte II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 14.^a

Tarefas

1. As tarefas previstas no âmbito do contrato são essencialmente da área da higiene e limpeza das ruas e outras vias da freguesia que a Junta defina:
 - a) Assegurar os serviços de limpeza e higiene urbana dos espaços e aglomerados urbanos designadamente a varredura manual e mecânica e lavagem de vias;
 - b) Assegurar a limpeza e desobstrução de linhas de água nas áreas da competência da autarquia;
 - c) Assegurar por administração direta a manutenção e a conservação de elementos de drenagem pluvial, não incluída na rede de esgotos pluviais municipais, tais como: passagens hidráulicas, valetas, bocas de lobo e aquedutos;
 - d) Outros serviços atribuídos ao setor das obras, higiene e limpeza.

Campo e Sobrado, 7 de março de 2018

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPO E SOBRADO

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Procedimento de Ajuste Direto com vista à aquisição de serviços da área da higiene e limpeza das ruas e outras vias da freguesia.

Exmo. Senhor, João Gaspar da Rocha Nunes,

A Freguesia de Campo e Sobrado adiante designada por Entidade Adjudicante, pretende proceder à adjudicação da aquisição de serviços da área da higiene e limpeza das ruas e outras vias da freguesia, a executar de acordo com o Caderno de Encargos.

Para o efeito, convida-se V.Ex. a apresentar a melhor proposta, a que serão aplicáveis os termos e condições do presente Convite e do Caderno de Encargos.

Entidade Adjudicante: Freguesia de Campo e Sobrado com sede na Rua dos Moirais 94/100, 4440-131 Campo VLG.

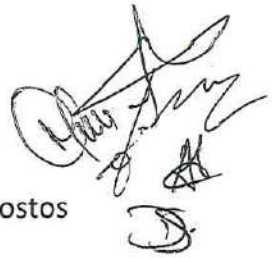
- A decisão de contratar foi tomada **em Reunião de Executivo de 7 de março de 2018.**
- O fundamento do presente procedimento é a alínea a) do número 1 do artigo 20.º e o artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
- A proposta é constituída pelos seguintes documentos, cuja apresentação é obrigatória:
 - ✓ Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e constante do Anexo I adiante junto, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - ✓ Descrição detalhada dos Serviços a realizar;
 - ✓ Proposta de Preço Global, incluindo o preço dos serviços a realizar;



- ✓ Documento que contenha os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
- ✓ Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 572.º do Código dos Contratos Públicos.
- A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados na secretaria da Junta de Freguesia ou através de carta ou correio eletrónico, para o endereço campo@jf-campoesobrado.pt.
- A declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- Todos os documentos devem ser apresentados em língua portuguesa, salvo aqueles não exigidos pelo presente Convite para Apresentação de Propostas e que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para efeitos dos atributos da sua proposta.
- Os preços constantes da proposta que forem indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, em caso de divergência, sobre os indicados em algarismos, e prevalecem, ainda em caso de divergência entre os preços, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
- Não há lugar à prestação de caução.
- A proposta juntamente com os demais documentos que a compõem serão apresentados ao órgão competente para a decisão de contratar, o qual adaptará a decisão de adjudicação.
- Com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar enviará a minuta do contrato e notificará o Adjudicatário para, nos prazos aplicáveis, apresentar os documentos de habilitação exigidos pelo presente Convite para Apresentação de Propostas.



- O Adjudicatário deverá, no prazo de oito dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, apresentar:
 - ✓ Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao presente Convite para Apresentação de Propostas;
 - ✓ Comprovativos de que não se encontra nas situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através de correio eletrónico, para os elementos de contato indicados no Ponto 5.
- Os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- A adjudicação caduca sempre que:
 - a) O Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Convite para Apresentação de Propostas ou no prazo que lhe seja fixado para esse efeito pela Entidade Adjudicante;
 - b) O Adjudicatário não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, nos termos do presente Convite para Apresentação de Propostas.
- Sempre que se verificarem os factos que determinam a caducidade da adjudicação previstos nas alíneas a) e b) anteriores, a Entidade Adjudicante notificará o Adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- Quando as situações previstas nas alíneas a) e b) do ponto 15 se verificarem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de cinco dias para a apresentação de documentos que supram as irregularidades detetadas, sob pena de, não sendo os mesmos apresentados, caducar a decisão de adjudicação.



- A minuta do contrato a celebrar e eventuais ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
- As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento o facto de dela resultarem obrigações que contrariem ou não constem dos documentos do concurso ou ainda a recusa devidamente fundamentada, pelo Adjudicatário, dos ajustamentos propostos.
- O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao Adjudicatário a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
- A adjudicação caduca no caso de não se proceder à outorga do contrato na data indicada pela Entidade Adjudicante por qualquer outra causa imputável ao Adjudicatário.
- Em tudo o omissivo no presente convite, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Campo e Sobrado, 7 de março de 2018

O Presidente da Junta,

